CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

Processo CEE-nº 470/68

Interessado - FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS, de Amparo.

Assunto - Autorização de instalação da referida escola

P A R E C E R Nº 12/62 - CONSELHO PLENO

1. Descabe o exame dos aspectos jurídicos que poderiam envolver a Fundação Educacional de Amparo.

Requerida a autorização ao Conselho Federal de Educação, foi o requerimento, à vista do Parecer nº 299/68, da sua Câmara de Planejamento, encaminhado a este Colegiado.

A conclusão do Parecer nº 299/68, aprovado na sessão de 9 de maio de 1968, é a seguinte:

"Tratando-se de Fundação, cujo património e dotações são provenientes do Poder Público Municipal - hipótese prevista e regulada, em princípio, pelo Art. 21 e §§ da LDB. - somos de parecer que cabe ao Conselho de Educação do Estado de São Paulo conhecer o pedido (Art. 9º, § 2º)"

A Fundação Educacional de Amparo submeteu-se à deliberação do Conselho Federal de Educação. Não pediu a reconsideração, nem dela recorreu. Acatou-a.

2. Pelo Decreto-lei federal nº 842, de 9 de setembro de 1969, que alterou a redação ao Artigo 47, da Lei federal nº 5540, de 1968, a autorização para funcionamento e reconhecimento de Universidade e estabelecimentos isolados de ensino superior será tornada efetiva, em qualquer caso, por decreto do Poder Executivo Federal, após prévio parecer favorável do Conselho de Educação competente, observado o disposto nos Arts, 9º, § 2º, "a" e "b", e 14 e 15, da Lei federal nº 4.024, de 1961. Vale dizer, será competente para deliberar a respeito o Conselho de Educação do Estado membro em cujo território se encontre a Universidade ou o instituto isolado.

Líquida e certa é, pois, a atribuição deste Colegiado para deliberar a respeito do pedido da Fundação Educacional de Amparo.

3. Por meio da Portaria nº 2/69, o Conselho Estadual de Educação deliberou:

"IV - Não autorizar - senão em caráter de exceção, devidamente justificado pelos altos interesses do ensino - a instalação, o funcionamento ou o reconhecimento de novos institutos estaduais ou municipais de ensino superior, que não venham integrar Universidades existentes ou que não tenham assegurado a sua associação a uma Universidade ou Federações de escolas."

E mediante a Deliberação CEE, de 29 de setembro de 1969, o Colegiado firmou este princípio:

"Sem prejuízo do exame pela Câmara de Planejamento dos processos existentes no Conselho no tocante às exigências fixadas pela legislação vigente para o ensino superior, a autorização para a instalação e para o funcionamento de novos estabelecimentos e cursos de ensino superior fica na dependência dos resultados das pesquisas e estudos para conhecer a oferta e a demanda de recursos humanos, para os fins do disposto no Art. 10, da Lei federal nº 5540/68, bem como do enquadramento da nova escola nas necessidades regionais, atendida a legislação vigente".

4. Reconhece-se a importância das escolas de Administração Pública e de Administração de Empresas como agências de cultura e, bem assim, como fatores concorrentes e eficazes para o desenvolvimento em nosso País.

Contudo, no caso em tela, não ficou demonstrado tratar-se de estabelecimento necessário - e o pretendido é apenas de Administração de Empresas -, de modo a configurar a hipótese de excepcionalidade a que se referem os dois citados atos deste Colegiado.

Sala das sessões, 8 de dezembro de 1969

a) Conselheiro ALPÍNOLO LOPES CASALI

Aprovado, por unanimidade, na 285ª sessão plenária do Conselho Estadual de Educação, realizada em 8 de dezembro de 1969.

CARLOS PASQUALE
PRESIDENTE